

A FORMAÇÃO EM VALORES NO ENSINO MÉDIO

Antonio Carlos Espit¹

RESUMO

O texto busca identificar quais são os valores preconizados pela legislação educacional vigente como norteadores da formação moral a ser desenvolvida nas escolas e de modo específico no ensino médio; assim como, os valores presentes no cotidiano escolar e na sociedade. Os documentos analisados são: a LDB, nas questões relativas ao Ensino Médio; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; os Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, Ética; e o Programa Ética e Cidadania. Acredita-se que a reflexão sobre as propostas de formação moral contida na legislação educacional vigente associada a um reflexão sobre as questões éticas e morais que afetam o cotidiano da escola, do país e do mundo, são imprescindíveis para que se possa repensar a prática educativa desenvolvida na escola e pelo professor.

Palavras - chave: escola, professor, valores

ABSTRACT

VALUE FORMATION AT HIGH SCHOOL

The text attempts to identify what the values established by the present educational legislation as moral formation guidelines to be develop at schools are and specifically at high school; as well as, the values in the school everyday life and in the society. The documents analysed are: LDB, on issues associated with High School; Diretrizes Curriculares Nacionais for the High School; Parâmetros Curriculares Nacionais: transversal themes presentation, Ethics, and Ethics and Citizenship Program. It is believed that the reflection over moral formation proposals existing in the present educational legislation associated with a reflection over ethical and moral issues that affect the school, country and world every day life are crucial to rethink the educational practice carried out at school by the teacher.

Key words: school, teacher, values.

Introdução

Diferentemente, daqueles que apregoam o fim da história, a discussão sobre os destinos da humanidade e a possibilidade de construir um outro mundo, está latente nos diferentes espaços acadêmicos, nos movimentos sociais, nas organizações não

¹ Professor na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia- SC, aluno do Curso de Mestrado em Educação na Universidade de Passo Fundo e Bolsista da CAPES. espit@eafc.edu.br

governamentais entre outros². Uma das causas da não propagação, da lenta propagação ou do receio desse ideário, está relacionada ao tratamento que o mesmo recebe dos meios de comunicação; pois como as grandes redes de comunicação, locais ou mundiais, pertencem as grandes corporações econômicas, elas não têm interesse nenhum em divulgar esse tipo de proposta, além disso utilizam uma forte contra-propaganda, procurando desvirtuar essas idéias, desacreditar e denegrir a imagem dos defensores dessas idéias e de intimidar novos adeptos através da censura, da omissão, da deturpação dos fatos e do uso de um discurso catastrófico para essas questões. Como exemplos que corroboram essa afirmação estão a cobertura(ou, a não cobertura) de grandes eventos como, por exemplo, o Fórum Social Mundial; a desqualificação das lideranças dos movimentos dos sem terra, dos sem teto, dos atingidos por barragens, dos contrários aos transgênicos, das lideranças e autoridades mundiais que se opõem a hegemonia americana ou as grandes indústrias, entre outros. Nesses e em outros casos correlatos a grande mídia insiste em universalizar a idéia de que ninguém mais tem algo a fazer; pois um outro tipo de mundo, que não seja o comercial, é inviável; que o sonho de um outro mundo teria acabado com a queda do Muro de Berlim quando a humanidade teria passado um cheque em branco e assinado ao capitalismo.

Os poderosos que estariam com esse cheque seriam os países do G-7³ e um grupo reduzido de corporações globais⁴, que segundo Dupas (2001, p.41), dominam o cenário mundial, de tal modo, que decidem o que, como, quando, onde, e para quem produzir os bens e os serviços a serem utilizados pela sociedade contemporânea, de modo a uniformizar gostos, costumes, linguagens, culturas, modos de pensar e de viver. Com esse poder, estes países e corporações não só editam o mundo que lhes interessa, financeiramente, como também insistem em afirmar sua bondade, sua preocupação com o futuro do homem e do planeta. Pois como afirma, Mühl (1985,p.152):

Além de produzir o objeto pelo sujeito, o capitalismo procura criar um sujeito para o objeto, excitando no consumidor a necessidade dos produtos colocados a sua disposição. Logo, ele produz o objeto de consumo, o modo de consumo e a tendência para o consumo. Dessa forma, consegue a acomodação do ser humano aos interesses do capital.

É nessa encruzilhada, que as instituições que tratam da formação humana estão metidas, principalmente a escola. A opção de escolha de formação, a priori, está dada pela

² O presente texto é resultado das discussões feitas no Projeto de Dissertação, que o Autor vem desenvolvendo sob orientação do Professor Doutor Eldon Henrique Mühl.

³ G 7 - Grupo formado pelos Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá e Itália.

mídia, qual seja, formar para o mercado; logo, para o comércio, para a competição, para o consumo, para o descartável, para o individualismo e para o imediato. Para Veríssimo (2001,34), nessa alternativa o paradigma é o lucro:

O culto ao individualismo seria um culto a liberdade se não elege-se como seu paradigma supremo a liberdade de lucrar, e como referência moral a moral do mercado. Se não fosse apenas a última das muitas tentativas de substituir o ser humano como medida de tudo, e seu direito à vida e à dignidade como o único direito a ser cultuado.

Para esse tipo de formação, os valores centrais a serem desenvolvidos, estimulados e despertados na escola seriam a eficiência, a competitividade, a produtividade, o individualismo, a soberba e a ganância, entre outros. Essa escola, como afirma Linhares(2001,p.151) seria como uma espécie de depósito onde crianças e adolescentes, um espaço de treinamento de mão-de-obra ou ainda uma instituição altamente informativa; por outro lado, a pessoa para trabalhar com essas crianças e adolescentes, precisaria de uma sólida formação econômica, de marketing e de propaganda, pois como sugere Puiggrós(1997,p.64), o neoliberalismo pedagógico “preferiria se pudesse, prescindir dos professores, substituí-los pelas mensagens massificadoras da mídia e evitar a intermediação entre o poder instituído e os consumidores”. Do outro lado, na contramão aos ideais do mercado, contra as grandes redes de comunicação, contra uma parcela significativa da sociedade, de pais, de alunos e de professores, está a possibilidade de formação para um outro mundo. Mesmo contra, quase tudo e quase todos, os defensores dessas idéias, argumentam que essa perspectiva é a possibilidade de sobrevivência da espécie humana e do planeta; que a manutenção e perpetuação do sistema dominante esse sim é o fim da história humana e do planeta. Consideram o homem como um fim si mesmo e sua vida de um valor imensurável, nesse sentido defendem que as relações pessoais em qualquer espaço ou em tempo devem ser ancoradas em valores como a justiça, a solidariedade, a fraternidade, a liberdade, o respeito mútuo, a afetividade e o diálogo. Por fim, acreditam que a escola e de modo mais específico o professor, tem um poder bem maior, do aquele que percebem; no professor, como um sujeito ativo que pode ser, concentram-se as maiores possibilidades de construção da história de mundo diferente. Segundo Sader (2001,p.10) que comunga dessas idéias:

O que nos une, a todos, antes de tudo, é a luta contra a mercantilização do mundo. Contra a concepção e a prática de que tudo se vende, de que tudo se

⁴ Essas empresas eram: General Motors, Wal-Mart, Exxon Mobil, Ford e General Electric, Mitsui, Mitsubishi, Toyota, General Electric e Itochu

compra, de que o mercado e os seus preços manipulados definem o que se pode e não se pode fazer, o que é bom e o que é ruim, o que é belo e o que é feio, o que é justo e o que é injusto.

A chamada crise de valores

Está claro que as opções de formação humana apresentam valores opostos, enquanto uma visa formar atendendo os anseios do mercado, a outra busca a formação integral do homem. No entanto, a tomada de posição sobre qual caminho a seguir, parece estar sendo afetada pela chamada crise de valores que se faz presente nos mais diferentes discursos e espaços. Desse modo, é muito raro ouvir ou ler uma análise da atual conjuntura econômica, política ou social, do mundo e/ou do país que não atribui à crise de valores a situação à qual chegamos e na qual vivemos. Nos diferentes meios de comunicação: rádio, televisão, jornais, revistas, internet; nos diferentes espaços: universidades, escolas, igrejas, partidos, sindicatos; nos diferentes eventos: seminários, congressos, cursos, enfim onde tiver alguém falando, escrevendo ou discutindo a educação, política, religião, cultura, relações humanas, genética, sistemas de informação, sobre o mundo em que vivemos, sobre o futuro da nação e da humanidade é muito comum a utilização da expressão “crise de valores”, como se isso explicasse, por si próprio, as contradições, as ambigüidades e os males que assolam as relações entre as pessoas e países.

Entretanto, percebe-se que muitas das pessoas que incorporaram os valores preconizados pelo mercado e que administram países, empresas, instituições e famílias; são as mesmas que revestidas de autoridade política, empresarial e familiar, transferem à crise de valores o mal-estar moderno; que muitos governantes de países poderosos invadem outros países, não cumprem as decisões de organismos multilaterais sobre o meio – ambiente, os direitos humanos, entre outros, mas creditam à “crise de valores” pela violência, pelo terrorismo, pelas tragédias cada vez mais presentes no dia a dia das nações; que muitos políticos compram votos, se apropriam de bens e recursos públicos, se envolvem em falcatruas de diferentes tipos, mas creditam à “crise de valores” a crise que qual passa o país; que muitas empresas poluem o meio – ambiente, sonegam impostos, espionam suas concorrentes, fazem contrabando, e também creditam à “crise de valores” pela estagnação do País; que muitas igrejas e religiosos charlatões enriquecem a custa da ignorância, da fé e do desespero dos fiéis, e atribuem à “crise de valores” a situação de miséria e pobreza das pessoas; que muitos professores dos diferentes níveis e modalidades de ensino, autoritários,

centralizadores e opressores, creditam à “crise de valores” o aumento dos problemas que enfrentam na relação com os alunos; que muitas famílias com estruturas de formação das mais diversas, cujos pais e mães trabalham que passam cada vez menos tempo com os filhos, que atribuem às escolas(normal, esportiva, música, línguas, etc) a educação dos filhos, afirmam que a dificuldade de relacionamento com os filhos deriva da “crise de valores”. Assim, se a economia, a educação, a política, a religião, a ciência, a saúde, as relações entre as nações, as relações familiares, estão crise, podemos afirmar que o mundo está em crise. Aliás, a percepção de um mundo em crise não é recente, Grespan(2004) apoiado em Reinhart Koselleck, afirma que ela teria aflorado quando da Revolução Francesa em 1789 se estendendo até a Guerra Fria e nós tomamos a liberdade de ampliar esse período até os dias atuais.

Dessa forma, as idéias defendidas desde o início da história por diferentes filósofos e pensadores de que é possível um mundo onde impere a justiça, a liberdade, a solidariedade, a fraternidade, a igualdade, constituem-se com a Revolução Francesa na utopia universal que deve regular a convivência entre as nações e pessoas, tendo o homem como fim da existência humana. Nesse sentido, a Revolução Francesa pode ser considerada como um marco, na busca por esses ideais e ao mesmo tempo como do início da crise que permanece em evidencia nos dias atuais. Teoricamente, os ideais da Revolução Francesa foram atingidos. Eles estão presentes nas constituições da maioria dos países e em documentos que balizam e normatizam as relações internacionais e nacionais nas diferentes áreas de atuação e ação. Na prática, no entanto, as determinações das constituições e documentos, comumente, não são respeitadas, principalmente pelos governos. O não cumprimento desses ideais é decorrência, da principal crise que afeta a sociedade contemporânea: o uso do homem como meio.

É dessa situação onde o homem é tido, por tudo e por todos, como um objeto ou uma coisa inanimada, manipulável e descartável, que emerge a crise de valores. Considerando que a história da humanidade, seja aquela contada através de textos sagrados de qualquer religião; aquela contida nos papiros ou nos textos clássicos; aquela descrita em documentos oficiais ou não; ou ainda, aquela feita de imagens, símbolos ou sons, trás consigo, alguns valores que perpassam e se confundem com a própria história, a pergunta que faz é: quais seriam os valores que estão em crise ? Aqueles recomendados por organismos internacionais como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou aqueles recomendados pelo onipresente mercado ?

As respostas para tais questões dependem no primeiro momento do conceito que temos de valores. Segundo o Dicionário Infopédia(2006) os estudos das questões relacionados aos valores ou sobre as teorias dos valores são feitas pela Axiologia, que é uma palavra grega e significa teoria filosófica dos valores, como o bem, o belo, a verdade, o sagrado e outros de ordem espiritual. Essa existência de uma ciência específica para estudar os valores, é um indicativo de quão difícil é a definição desse conceito, pois como afirma Goergen(2003) o conceito de valor é cheio de ambigüidades e varia de autor para autor e de época para época.

Para Josep Maria Puig(1998,p.37):

Os valores são guias de conduta que atuam quando o sujeito deve confrontar-se com situações complexas,; isto é, são critérios de conduta úteis para orientar-se em situações difíceis e controversas. (.....) torna-se essencial reconhecer que os valores não são estáticos, e sim que estão submetidos a sucessivas modificações provocadas pelas distintas experiências que vive cada pessoa e pela relação que estabelece com seu meio sócio-cultural.

Já, Pedro Goergen (2003), após analisar o pensamento de outros grandes filósofos da humanidade utiliza o termo valor “como princípios consensuados, dignos de servirem de orientação para as decisões e comportamentos éticos das pessoas que buscam uma vida digna, respeitosa e solidária numa sociedade justa e democrática”.

Mesmo com as contradições que circundam o uso do termo, entendemos que valores são enunciados únicos mas não absolutos e nem tampouco arbitrários; individuais mas que derivam da vida humana coletiva, portanto, construídos culturalmente e historicamente a partir da relação entre os indivíduos e o mundo constituído; os valores fundamentam nossas ações, nossas escolhas e nossos juízos sobre as ações, sejam elas subjetivas ou objetivas. Os valores são princípios nos quais acreditamos, pelos quais lutamos e sobre os quais organizamos e conduzimos nossa vida pessoal e profissional; dessa forma, os valores são adquiridos, transmitidos, reafirmados e introjetados ao longo de nossas vidas nas diferentes relações que vamos estabelecendo no cotidiano de nossa casa, na escola, no trabalho e no lazer, entre outros.

A partir dessa perspectiva, acreditamos que o discurso dos governos, da sociedade, do mercado e principalmente o midiático sobre a chamada crise de valores, precisam ser analisados para além daquilo do que se consegue ver, ouvir ou falar. Concordamos com a afirmação de Lombardi; Goergen(2005,p.3), de que:

É falsa a afirmação que nos encontramos numa era do vazio ou de crepúsculo dos deveres. Trata-se, muito mais, de desvendar quais são os princípios que bem ou mal conduzem os destinos da humanidade e em que medida eles se coadunam com o bem estar e a felicidade de todos os membros da sociedade.

Valores como a justiça, a liberdade, a solidariedade, a fraternidade, a igualdade e o respeito, não estão em crise. Ao contrário, é justamente essa consciência da necessidade desses valores como reguladores das relações sociais, que não tem permitido ao mercado apoderar-se, em definitivo das mentes e corações dos homens. No entanto, isso não representa o fim do embate, longe disso. Normalmente, o mercado com sua onipresença e poderio, costuma recuar taticamente, com o objetivo de atrair e iludir seus oponentes, que quando seduzidos se constituem nos maiores defensores dos valores preconizados pelo mercado.

A legislação educacional e os valores

A escola e o professor desenvolvem seus trabalhos a partir das determinações da legislação educacional vigente. A legislação que normatiza o ensino médio é composta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) nº 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio(DCNEM) de 1998; já os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio(PCNEM), mesmo não sendo tem assumido um caráter de legalidade. Nesses documentos, os valores preconizados se alinham com aqueles estabelecidos na Constituição Brasileira, que por sua vez estão assentados na tríade liberdade-igualdade-fraternidade, proposta pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na Constituição Brasileira, aprovada em 1988, se percebe com nitidez a influência teórica das determinações da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Estão lá os indicadores de competência sociais eleitos pela Declaração que garantem a pessoa à condição de ser cidadão: educação, saúde, trabalho, segurança, lazer, condição de ir e vir, e liberdade. Pela Constituição, a República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político; seus objetivos são: construir uma sociedade livre, justa e solidária, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em relação a LDB, pode-se afirmar que a década de 90 foi marcada por uma ampla reforma educacional em vários países da América Latina: Chile, Argentina, México, Colômbia e no Brasil. Para, Lombardi (2005), as reformas empreendidas nesses países sob o manto da modernização dos sistemas de educação pública, da valorização docente e do aumento dos investimentos em educação evidenciam apenas um sentido, que é o da adequação às necessidades do mercado. No caso do Brasil, vários intelectuais teceram severas críticas ao processo que culminou com a aprovação da LDB, dentre eles Frigotto (1995), Ferreti (1997), Kuenzer (1997). Para esses autores, apesar da aparente abertura para intervenções da sociedade o processo foi pouco democrático e a Lei não atendeu as propostas das organizações acadêmicas, entidades de classes e movimentos sociais que teriam sido “ludibriados” por uma estratégia que fez com os mesmos se concentrassem nas tentativas de discussão ou rejeição da LDB, enquanto as verdadeiras reformas foram sendo feitas aos poucos, por meio de propostas legais específicas para cada parte da educação nacional. No entanto, mesmo com seus prós e contras é na legislação aprovada que pretendemos identificar quais são os valores que deverão nortear a educação escolar no país e de modo específico no ensino médio.

A legislação educacional vigente está fundamentada não só na Constituição Brasileira, mas também em documentos oficiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Para a UNESCO(2007), a educação, é concebida como um processo formativo de valores e atitudes em favor da paz, da compreensão internacional, da cooperação, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Ela afirma através dos documentos que a educação em todos os níveis deve ter uma dimensão internacional e uma perspectiva global; deve promover o entendimento e o respeito por todos os povos, culturas e civilizações; que a aprendizagem, não é um fim em si, mas um meio de eliminar violações de direitos humanos e construir uma cultura de paz, baseada na democracia, desenvolvimento, tolerância e mútuo respeito; que as instituições educacionais, devem se tornar locais de exercício de tolerância, respeito pelos direitos humanos, prática da democracia e aprendizagem sobre a diversidade e a riqueza das identidades culturais; por fim, que as políticas educacionais de cada Estado-membro devem ser formuladas, tendo esses princípios como referência.

Nessa perspectiva a LDB, normatiza os diversos níveis e modalidades de ensino, sendo que nos artigos 35 e 36 são definidas as finalidades do Ensino Médio e do currículo respectivamente. São finalidades do Ensino Médio:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

A regulamentação desses artigos, assim como do artigo 26, da LDB que também trata do currículo escolar é feita pelas DCNEM.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM, se constituem num conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino, em atendimento ao que manda a lei, tendo em vista vincular a educação com o mundo do trabalho e a prática social, consolidando a preparação para o exercício da cidadania e propiciando preparação básica para o trabalho.

Fica claro, na LDB, nas DCNEM mas, principalmente, no parecer⁵ que originou a resolução⁶, a preocupação com a formação do aluno para o exercício da cidadania. O parecer é taxativo sobre a função da escola: além de transmitir conhecimentos ela precisa formar cidadãos. Como formar cidadãos é formar para a participação política, econômica e social na sociedade, o exercício de educar, tanto das pessoas, quanto das instituições é, sempre um exercício ético e moral. Considerando que o estudo da ética e da moral tem uma longa tradição histórica e ainda assim não possibilitaram definições conclusivas que tenham aceitação universal, fizemos a opção em nosso estudo pelos conceitos de ética e moral formulados por Yves de La Taille⁷(2005).

De modo resumido, podemos afirmar que para o autor, o plano moral corresponde aos ‘deveres’. Trata-se, portanto, de restrição voluntária de liberdade de ação. Identifica-se a

⁵ Parecer - ato pelo qual o Conselho Pleno ou qualquer das Câmaras pronuncia-se sobre matéria de sua competência. O Parecer CEB/CNE nº 15/98 trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>> Acesso em: 17 jan. 2007

⁶ Resolução - ato decorrente de parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino sobre matéria de competência do Conselho Pleno ou das Câmaras. A Resolução CEB/CNE nº 3 de 26 de Junho de 1998, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>> Acesso em: 17 jan. 2007

⁷ No artigo, A escola e os valores: a ação do professor(2005, p.05-21), o autor explicita de forma detalhada suas posições acerca da moral e da ética na escola.

pergunta: como devo agir ?. Os conteúdos associados ao plano moral é o da justiça, baseada na igualdade e na equidade, e o da dignidade inerente ao ser humano. Esses dois conteúdos escolhidos são coerentes com o imperativo categórico kantiano: age de tal forma que trates a humanidade, tanto na tua pessoa quanto na pessoa de qualquer outro, sempre como fim, e nunca simplesmente como meio. Ou seja, nossas ações, para serem morais, nunca devem fazer uso de outrem como instrumento para nossos objetivos pessoais, pois fazê-lo corresponderia a uma injustiça e a uma negação da dignidade alheia. O plano ético por sua vez refere-se ao significado e valor da vida. A pergunta que lhe corresponde é “que vida eu quero viver?”. Trata-se do clássico tema filosófico da “felicidade”, da busca de uma vida significativa, de uma vida que vale a pena ser vivida. O plano ético coloca-se no centro da questão dos valores. Com efeito que indagação pode ser mais importante do que esta que diz respeito a “vida boa”. Mas o autor alerta, nem todas as respostas merecem o nome de ética, somente o merecem aquelas coerentes com a moral. Refletir sobre e responder à pergunta “que vida eu quero viver?” equivale a meditar sobre que tipo de vida tem “valor”. E os valores que podem comparecer são inúmeros: ter uma vida religiosa, possuir muito dinheiro, ou apenas o bastante para usufruir de “pequenos prazeres”, viver de prazeres o tempo todo, amar, ser amado, ter amigos, fama, glória, saúde, etc. O autor adota a perspectiva ética de Paul Ricoeur, para conduzir sua fundamentação, qual seja: “a perspectiva de uma vida boa, com outrem e para outrem, no seio de instituições justas”. Nesta definição de ética a vida boa individual está associada à vida boa de outras pessoas num contexto moral de justiça. Nela, todas as opções individuais a respeito de felicidade são aceitáveis contanto que se inspirem num projeto no qual o outro tenha lugar, e que se pautem pelos ideais de justiça e dignidade.

Nas DCNEM são estabelecidos os princípios estéticos, políticos e éticos com quais a prática administrativa e pedagógica dos sistemas de ensino e de suas escolas, as formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de política educacional, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de ensino aprendizagem e os procedimentos de avaliação deverão ser coerentes. Esses princípios, de forma reduzida, podem ser descritos, como:

?? a Estética da Sensibilidade, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade, bem como facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e

alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável.

?? a Política da Igualdade, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando à constituição de identidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do Estado de Direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano.

?? a Ética da Identidade, buscando superar dicotomias entre o mundo da moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores de seu tempo, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade, da responsabilidade e da reciprocidade como orientadoras de seus atos na vida profissional, social, civil e pessoal.

A recomendação da legislação é, clara, no sentido de um exercício contínuo para o aprimoramento da formação pessoal para um convívio social harmonioso, justo e feliz. Dessa maneira, os processos de gestão escolar, os processos de ensino-aprendizagem, as relações interpessoais e o próprio ambiente escolar devem estimular a criatividade, a sensibilidade, a delicadeza, o lazer, a liberdade, a responsabilidade (pessoal, pública e social) a qualidade de vida, a sexualidade, convivência harmoniosa, os direitos e os deveres que constituem a cidadania, a igualdade, o respeito, a justiça, a participação política, a democracia, a solidariedade, o acolhimento, a tolerância e a fraternidade. Outros dois documentos que são referências para a formação em valores na escola são os Parâmetros Curriculares Nacionais⁸: apresentação dos temas transversais, ética(1997), e o Programa Ética e Cidadania:construindo valores na escola e na sociedade(2004).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética(1997), foi a única referência(oficial) específica sobre ética, que os professores tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio dispunham, até o ano de 2004. O documento

⁸ De acordo com o Ministério da Educação, os Parâmetros e os Referenciais Curriculares Nacionais tem por objetivo propiciar aos sistemas de ensino, particularmente aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo, visando à construção do projeto pedagógico, em função da cidadania do aluno. Ainda segundo o Ministério eles são resultados de um longo trabalho, que contou com a participação de muitos educadores brasileiros tendo a marca de suas experiências e de seus estudos. O Ministério também afirma que eles foram entregues a todos os professores da rede pública estadual e municipal que atuavam desde a 1ª série do Ensino Fundamental até aqueles que atuavam na 3ª série do Ensino Médio. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/> >Acesso em: 10 fev. 2007.

lembra que desde 1826 até os dias atuais, as diretrizes educacionais brasileira, afirmam que cabe à escola empenhar-se na formação moral de seus alunos. Nele são apresentadas as tendências de formação moral que já foram tentadas, no Brasil e no exterior: a filosófica, a cognitivista, a afetivista, a moralista e da escola democrática; além de uma análise comparativa entre os fatores positivos e negativos dos mesmos. Defende a ética como conteúdo transversal a partir das seguintes observações e princípios: as questões relacionadas à Ética permeiam todo o currículo; a própria função da escola — transmissão do saber — levanta questões éticas; as relações sociais internas à escola são pautadas em valores morais; e as relações da escola com a comunidade também levantam questões éticas. Propõem que os objetivos gerais da ética devem possibilitar aos alunos: compreender o conceito de justiça baseado na equidade; adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas; adotar atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e discriminações; compreender a vida escolar como participação no espaço público; valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos; construir uma imagem positiva de si; assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de cada situação. Os conteúdos da proposta a serem desenvolvidos estão referenciados no princípio da dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição brasileira, são eles: Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo e Solidariedade.

Em 2004, o Ministério da Educação⁹ em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançou o Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. De acordo com a apresentação o programa tem como objetivo aprofundar ações educativas que levem a formação ética e moral da comunidade escolar e está voltado para alunos do ensino fundamental e ensino médio; será construído com a colaboração de todas as escolas e sistemas de ensino, já que tem como pressuposto fundamental estimular o protagonismo de alunos, professores e comunidade e o Ministério conta com o empenho dos Diretores para colocar essa questão no centro da atividade da escola, contribuindo, assim para a construção de uma sociedade justa e cidadã . O programa é desenvolvido a partir quatro eixos centrais: Ética, Convivência Democrática. Direitos Humanos e Inclusão Social. Ocorre que um programa dessa natureza, do qual há um consenso em torno de sua necessidade nas escolas, não é para todas as escolas; pois de acordo com a carta encaminhada aos diretores

⁹ O site do Ministério da Educação, relaciona vários programas. Dentro da Secretaria de Educação Básica, no sub-item Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica os programas são: Rede Nacional de Formação de Professores, Pró-Letramento, Pró-Licenciatura, Proinfantil, Programa Ética e Cidadania. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/>> Acesso em: 10 fev. 2007.

das escolas, esse programa “está voltado aos alunos matriculados em 26.384 escolas de ensino fundamental e médio, localizadas nos 224 municípios com mais de 100 mil habitantes”¹⁰. Essa afirmação na carta depõe contra os objetivos estabelecidos pelo programa, revela o caráter demagógico do Governo, reforça a sensação de ausência de políticas públicas efetivas para a educação no País e evidencia o descaso com as escolas brasileiras. O que se percebe, é que, novamente, como já vem ocorrendo desde o início da reforma, os documentos governamentais, desfilam por um lado, um rosário de boas intenções do Estado, até porque não poderia ser diferente e, por outro, um rosário de atribuições à escola e ao professor. É como se Estado estivesse fazendo a sua parte, e bem; caberia então à escola e ao professor fazerem sua parte, o que não estaria ocorrendo.

Os valores prescritos tanto nos documentos oficiais governamentais ou escolares, são referências; no fundo, o que é determinante são os valores a partir dos quais os professores e a escola organizam sua prática cotidiana. Desse modo, uma das formas de dar sentido a esses documentos, é a participação efetiva da comunidade escolar na sua elaboração, execução e avaliação. A experiência brasileira já havia demonstrado que a imposição, pelas secretarias estaduais ou municipais de educação, da direção das escolas e até mesmo pelos professores, da legislação, de regimentos, de projetos escolares de forma vertical, sem uma ampla discussão da comunidade escolar, não funciona, no entanto, novamente autoridades, políticos e até mesmo professores, tem insistindo nessa metodologia de organização escolar.

Os resultados de um amplo estudo realizado em 2003, feito sob encomenda da UNESCO e do MEC, com alunos, professores, diretores e técnicos pedagógicos de escolas de ensino médio e que teve na coordenação as professoras Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro¹¹, corroboram essa afirmação: o insucesso da reforma tem origem no próprio processo que resultou na reforma. Ressaltamos algumas conclusões do estudo (p.274-277): há críticas e um certo ressentimento dos professores por não terem participado mais diretamente das discussões sobre a reestruturação do ensino médio; o cronograma político adotado pelos reformadores brasileiros, que primeiro regulamentam inovações curriculares para depois anunciar projetos de melhoria do ensino e a ausência de um efetivo debate democrático nos processos de elaboração e implantação das novas diretrizes tem sido alvo de críticas por parte

¹⁰ Segundo dados do IBGE divulgados em 31 de agosto de 2006, o Brasil possuía 5.564 municípios, desse total 267 tinham mais de 100 mil habitantes. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/> > Acesso em: 10 fev.2007.

¹¹ Transformado em livro (Ensino Médio: Múltiplas Vozes) apresenta um estudo das percepções de alunos, professores e membros do corpo técnico-pedagógico de escolas privadas e públicas sobre o ensino médio, o

dos estudiosos brasileiros; muitos professores admitem não ter domínio sobre os conceitos e os objetivos principais da reforma; a maioria dos entrevistados declarou ter conhecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e uma parcela significativa, declarou que não possui uma edição própria dos PCN, e que sequer tem a possibilidade de consultá-los na escola em que trabalha; existem alguns professores que se sentem cobaias nesse processo; e um dos entraves para a reforma é a falta de preparação dos professores e as dificuldades em cumprir as finalidades formativas do ensino médio.

A inexpressiva participação dos professores na elaboração da legislação, nos documentos e nos processos que visavam a reestruturação do ensino médio, é possivelmente uma das causas para a lentidão da reforma proposta, um outro motivo estaria associado ao desconhecimento dos documentos. Mesmo considerando que o Governo Federal, ao promover a distribuição dos documentos legais aos professores, principalmente, de ensino médio, tenha tentado dissimular a necessidade de discussão e capacitação dos mesmos acerca dos documentos, é preciso não descartar a possibilidade de que em algumas escolas e que alguns professores tenham “engavetado” estes documentos, o que pode estar comprometendo não só a reforma, mas também as possibilidades de se pensar a função da escola e o papel do professor no mundo atual.

Outro resultado da pesquisa refere-se a expectativa dos alunos e dos professores sobre a finalidade do ensino médio. Enquanto para a maioria dos professores a principal finalidade é preparar o aluno para a vida, para a maioria dos alunos a finalidade no curso é se preparar para o vestibular ou para concursos. Temos então a legislação que trata da educação para a cidadania, os professores que pretendem preparar o aluno para a vida, e, o aluno cujo objetivo é ser aprovado nos concursos, temos então, dos atores envolvidos, perspectiva de valores diferentes, mesmo que possam ser complementares.

Como se não bastasse as contradições da legislação, os processos de implantação da reforma, a difícil relação do professor com a legislação, as inúmeras atribuições feitas às escolas, temos ainda no caso do Ensino Médio, as particularidades dos alunos dessa modalidade de ensino. Adolescentes, em sua maioria, apresentam características comuns e peculiares: a contestação, a impulsividade, a agressividade, a lealdade, a fidelidade, a insolência, as crises de identidade, as paixões, a indiferença, os preconceitos, as amizades e os muitos sonhos. No estudo, as autoras (p.454 –457), constataram que para os professores, os alunos de ensino médio poderiam ser classificados em dois grupos: os honestos, pacíficos,

respeitosos, ordeiros, generosos, solidários, lutadores e competitivos, que são a maioria; os rebeldes, desobedientes, malandros, desinteressados, indisciplinados e preguiçosos que mesmo em minoria, se constituem num grande problema para a escola. Na perspectiva do aluno, os problemas da escola são os professores incompetentes; a desunião dos professores; o autoritarismo, a má educação e a estupidez dos professores; na visão deles, os bons professores das escolas são aqueles que se expressam com clareza, são amigos dos alunos e mostram interesse em ensinar. Isso reforça a afirmação de La Taille(2005, p.10), de que os professores que obtêm melhores resultados e relações mais harmônicas com seus alunos “são aqueles que conseguem lhes passar que o que eles ensinam é um valor e, portanto não tem preço”.

Considerações Finais

Ainda assim, é dessa escola, praticamente abandonada, e do professor “táxi”¹², a quem a sociedade tem atribuído, cada vez mais, o papel de preparar as crianças e os adolescentes para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo. Esses desafios são tantos e tão distintos que muitas vezes se exige das escolas, dos professores e dos alunos aquilo que eles não tem condições de oferecer, gerando um grande mal –estar público e notório, para todos.

No caso específico da formação em valores, acreditamos que se a mesma ocorre naturalmente na escola, os professores(docentes, diretores, supervisores, orientadores,etc) precisam refletir constantemente, sobre quais são os valores difundidos, disseminados e perpetuados na escola pelos diferentes processos de gestão, de ensino-aprendizagem e pelas relações interpessoais desenvolvidos na escola. Essa, no entanto, é uma tarefa coletiva que deve ser resultante da participação da comunidade escolar (professores, alunos, pais e sociedade organizada), mas que cabe aos professores, sem possibilidade nenhuma de transferência, a responsabilidade principal na elaboração, execução e avaliação dessa proposta de projeto escolar.

Claro que a possibilidade de uma outra escola, sociedade, país e mundo não depende só da vontade do professor, como também é certo que sem a vontade do professor essas possibilidades nem existem. A menos que os professores prefiram continuar a mercê da história, nesse caso, para o fim da história, não lhes resta alternativa que não seja de muita

¹² Educador que faz sucessivos deslocamentos secundários entre as escolas que leciona como consequência do fracionamento de seu horário diário de trabalho entre as diversas instituições escolares a que comumente é vinculado. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/>> Acesso em 14 jan. 2007.

luta, persistência, perseverança e esperança na construção de um outro mundo. Nesse sentido, a escola se constitui no espaço capaz de criar e desenvolver essa possibilidade. Como afirma Rigal(2000,p.188), “a escola também deve cumprir um papel relevante na formação de cidadãos, como sujeitos políticos, para uma democracia substantiva que exige os protagonistas, ativos e organizados: formar governados que possam ser governantes”. E uma escola formadora de cidadania, obrigatoriamente, é uma escola de qualidade, democrática e crítica e participativa nos destinos da sociedade onde está inserida, independentemente do nível ou modalidade de ensino que atua, ou de seu caráter público ou privado.

Por fim, acreditamos que pensar em educação implica pensar em Auschwitz. Se Auschwitz, representa a falência ética e moral do ser humano, podemos afirmar que estamos atualmente num regime de concordata. Infelizmente, tem –se a impressão, que as barbáries cometidas em Auschwitz, não foram suficientes para sensibilizar a humanidade. Pois em tempos de capitalismo selvagem, da informação instantânea, de consumo e descartável, as barbáries tão graves quanto às cometidas em Auschwitz que são divulgadas, cotidianamente, pela mídia produzem ecos cada vez menores na sociedade. Dessa maneira, concordamos com Adorno(2003,p.119), que afirma “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”. Acreditamos que essa educação passa necessariamente pelo ambiente escolar, mas não se encerra nele, aliás ela não se encerra em lugar algum. Ela ocorre na família, na escola, mas também no emprego, no lazer, na igreja, no sindicato; no partido, na nossa prática cotidiana; ela é uma tarefa do professor, da família, do padre, do político, do sindicalista, do empresário, mas é também estritamente pessoal; enfim a educação não se encerra num tempo ou num espaço, ao contrário, a educação é um processo contínuo pois se realiza com o outro, assim educamos e somos educados constantemente. É nesse sentido que precisamos pensar a formação e a auto-formação moral, como uma tarefa pessoal e coletiva, urgente, inadiável e onipresente nas relações humanas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, M.G. *Ensino Médio: Múltiplas Vozes*. Brasília: UNESCO, 2003
- ADORNO, T.W . *Educação e Emancipação*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
-

BRASIL. Constituição(1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil.Brasília, Senado,1988

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais.Apresentação dos Temas Transversais -Ética Bases Legais*. Ministério da Educação.Brasília;MEC:1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Bases Legais*. Ministério da Educação.Brasília;MEC:1999.

_____. *Programa Ética e Cidadania*.Brasília:Secretaria Especial dos Direitos Humanos;Ministério da Educação,SEB,SETEC,SEED,2003.

BOFF, L. *Crise:tragédia ou drama*.2004 Disponível em:<
<http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>> Acesso em 14 fev.2007

DUPAS, G. Economia global e exclusão social. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2001

FERRETTI, C.J. et al. *Novas tecnologias trabalho e educação: uma debate multidisciplinar*. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002

FRIGOTTO, G. *Prefácio* In: RAMOS, M.N. *A pedagogia das competências:autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez Editora, 2001

GOERGEN, P. *Pós- Modernidade, Ética e Educação*. Campinas, Editora Autores Associados, 2001

_____. *Educação e valores no mundo contemporâneo Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 983-1011, Especial - Out. 2005 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
>Acesso em :16 fev. 2007.

_____. *Prefácio*. In: LOMBARDI,J.C.; GOERGEN, P. *Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. *Ética e Educação: o que pode a escola*. In: LOMBARDI,J.C.; GOERGEN, P. *Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

GRESPLAN, J.L. *O lugar da História em tempos de crise*.2004 Disponível em: <
<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol2n5/Jorge.htm>> Acesso em:15 fev. 2007

LINHARES, C. (Org.) *Os professores e a reinvenção da escola; Brasil e Espanha*. São Paulo: Cortez Editora, 2001

LOMBARDI,J.C.; GOERGEN, P. *Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

KUENZER, A .(Org.) *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 2.ed. São Paulo; Cortez Editora, 2001.

MÜHL,E.H. *Transformação de valores morais dos colonos com a modernização da agricultura:um estudo de caso do Rio Grande do Sul*.Dissertação)Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

LA TAILLE, Y. *A escola e os valores: a ação do professor*. In. LA TAILLE, Y. (Org.) *Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor*. Porto Alegre: Mediação, 2005

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: < http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php > Acesso em: 06 de jan. 2007.

PUIG, J.M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998

PUIGGRÓS, A. *Voltar a educar*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

RAUBER, J.J. et al. 3.ed. *Apresentação de trabalhos científicos: normas e orientações práticas*. Passo Fundo: UPF, 2005

RIGAL, L. *A escola crítico-democrática: uma matéria pendente no limiar do século XXI* In: IMBÉRNON F. (Org), *A Educação do Século XXI - Os desafios do futuro imediato* 2ª ed. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2000

SADER, E. *Soberania e democracia na era da hegemonia americana*. Fórum: outro mundo em debate, São Paulo, v.1, nº 1, p.8-12, jan.2001.

UNESCO. *UNESCO: o que é e o que faz*. Disponível em: http://www.unesco.org.br/unesco/sobreaUNESCO/index.html/mostra_documento > Acesso em: 14 fev.2007

VERISSIMO, L.F. *O parâmetro humano*. Fórum: outro mundo em debate, São Paulo, v.1, nº 1, p.34, jan.2001.